

BIG TECHS: REGULAR E TAXAR



STF suspende o X no Brasil por empresa não cumprir ordens judiciais e se submeter ao Código Civil brasileiro. A reação de Elon Musk afronta a soberania digital do Brasil e reacende debate sobre regulação das redes sociais

focus
BRASIL

X é suspenso no Brasil e Elon Musk ataca o STF

1ª Turma do STF confirma decisão de Moraes

Secom prepara caminho para educação midiática

Eleições: TSE atualiza regras para ambiente digital



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

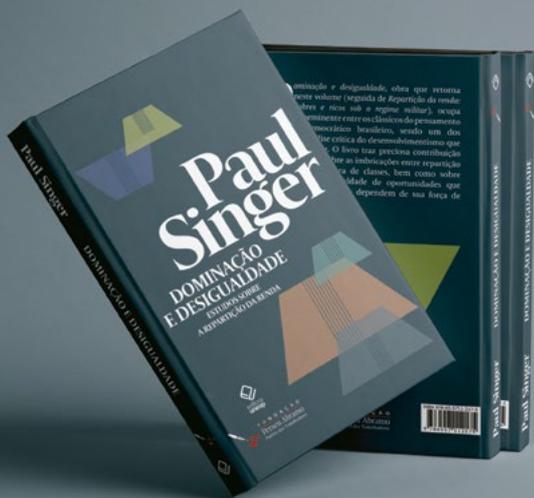
bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de

Oliveira, Carlos Henrique Árabe,

Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS

OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





FORA DA LEI

O debate sobre a regulação das redes sociais é um tema espinhoso que vem à baila quando polêmicas como a desobediência de Musk às leis brasileiras estouram. Parado no Congresso, o PL das fake news trata com minúcia de casos como este, previsto no projeto de regulação das redes, que conta com o apoio do governo nas discussões, garante João Brant, secretário de políticas digitais da Secom

Página 06

CARTAO LEITOR Mercado aposta contra o Brasil, por Alberto Cantalice

Página 05

PODER Elon Musk desobedece Justiça brasileira e reacende a regulação das redes

Página 06

SECOM Secretário de

Políticas Digitais fala sobre o "Caso X" e comenta o PL das Fake News

Página 09

TAXAR Governo estuda propor taxação das Big techs neste semestre

Página 11

BRASIL Em agosto, 583

vítimas foram resgatadas de trabalho escravo no Brasil, um recorde

Página 12

VIDA BOA Lemann e sócios estão R\$42 bi mais ricos; fraude na Americanas foi de R\$40bi

Página 13

BANCO CENTRAL Conheça Gabriel Galípolo, economista indicado por Lula para assumir o BC

Página 15

CONTRARIANDO As previsões pessimistas dos analistas de plantão, PIB tem 1,4%

Página 16

ELEIÇÕES TSE atualiza regras para ambiente digital; conheça regras para uso de IA

Página 18

ANÁLISE O panorama eleitoral em capitais prioritárias para o PT em artigo do NOPPE-FPA

Página 19

MEMÓRIA Centro Sergio Buarque de Holanda ultrapassa 70 mil arquivos

Página 22

ELEIÇÕES Fundação Perseu Abramo lança vídeos para subsidiar candidaturas municipais

Página 23

VIOLÊNCIA No Rio de Janeiro, candidato petista é agredido na rua

Página 24

MERCADO APOSTA CONTRA O BRASIL

A cantada em prosa e verso “autonomia do Banco Central” enfraqueceu a posição do governo eleito e impôs uma camisa de força na política monetária dos dois primeiros anos do governo Lula - mas quando a economia sufocava os mais pobres a Faria Lima dormia tranquila



Roberto Parizotti/CUT

Alberto Cantalice

“No âmbito da economia política, a pesquisa científica livre encontra não apenas os mesmos inimigos que encontra em outras áreas, como também outros ainda mais terríveis, porque a própria natureza do assunto de que ela trata coloca em cena, contra ela, aquelas paixões que são ao mesmo tempo as mais violentas, as mais vis, e as mais abomináveis de que o coração humano é capaz: as fúrias do interesse pessoal”.¹

Resolvi abrir esse artigo com essa citação de Karl Marx (Livro II do Capital) para lembrar que, ao passo que deixava trinta milhões de brasileiras e brasileiros passando fome, o desgoverno anterior e seu “Posto Ipiranga” eram aplaudidos na Faria Lima e nos salões atapetados Brasil afora.

A contração fiscal, que começou em 2014 com Joaquim Levy, ainda no governo Dilma, propagou-se durante o governo Temer, teve seu ápice na gestão Paulo Guedes, do governo Bolsonaro. Cantada em prosa e verso, a “autonomia do Ban-

co Central” enfraqueceu a posição do governo eleito e impôs uma camisa de força na política monetária dos dois primeiros anos do governo Lula.

A insistência na manutenção de uma taxa de juros nas alturas: a segunda maior do mundo só perdendo para a Rússia, país que enfrenta uma guerra com a Ucrânia. É a fúria do interesse pessoal.

Omissão do BC

Não satisfeitos, os agentes econômicos projetam um aumento na taxa Selic, ampliando o garrote sobre o crescimento da economia e a geração de empregos. Basta uma simples olhadela na “missão” do BC postada em sua página na internet para perceber que o mesmo não vem cumprindo com ela.

Diz o texto: “Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda (inflação), zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo (mercado de capitais) e fomentar o bem-estar econômico da sociedade (crescimento)”

Ora, ficam claras as omissões da atual diretoria do BC quanto ao não cumprimento de duas das três missões: a defesa da moeda (não interveio na recente especulação com o Real deixando o dólar disparar); a barragem do crescimento: ao invés de fomentar a economia, a compri-me dificultando a política monetária.

Espera-se ansiosamente que o novo presidente do Banco Gabriel Galípolo e os três novos diretores a serem indicados pelo presidente Lula que sem descuidar da estabilidade monetária e das perspectivas de inflação, façam uma gestão olhando a economia como um todo e não com olhos voltados para um só setor econômico: o mercado financeiro.

Cumprir as Leis

Mudando de assunto: a ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes para tirar do ar o X (antigo Twitter) do empresário Norte Americano, Elon Musk, veio em boa hora. É inadmissível que em uma nação independente e soberana empresas transnacionais operem no país ao arrepio das leis. Chega a ser risível o comportamento vira-lata de setores da mídia brasileira, que ao atacar a decisão do ministro, impulsionam a extrema direita dando gás para suas tentativas autoritárias, distópicas e criminosas.

A ausência de regulação e de cobrança de tributos sobre as big techs no Brasil criaram um cenário de “terra de ninguém” nas redes sociais, transbordando o discurso de ódio e as fakes News comprometendo a democracia e usurpando o Estado Democrático de Direito.

Sigamos!



STF BLOQUEIA 'X' NO BRASIL, ELON MUSK REAGE E REACENDE DISCUSSÃO SOBRE REGULAÇÃO DAS BIG TECHS

O debate sobre a regulação das redes sociais é um tema espinhoso que vem à baila quando polêmicas como a desobediência de Musk às leis brasileiras estouram. Parado no Congresso, o PL das fake news trata com minúcia de casos como este, previsto no projeto de regulação das redes, que conta com o apoio do governo nas discussões, garante João Brant, secretário de políticas digitais da Secom

Nas redes, o bilionário alinhado à ultradireita desafia constantemente a soberania digital do Brasil – especialmente após ter sua rede social, o “X”, que criou após comprar o Twitter, derrubada após decisão do STF no dia 31 de agosto, quando venceu o prazo que a corte deu de 24h para que a empresa estabelecesse representação legal no país.

Desde que Musk comprou o X, o empresário tem o Brasil como alvo. Além das mudanças constantes na estrutura da empresa, com demissões em massa e paralisação de serviços, a gestão de Elon Musk culminou com a afronta à soberania brasileira quando resolveu, motivo da decisão, não cumprir determinações judiciais, descumprir o Código Civil brasileiro e encerrou representação legal no Brasil.

Na sexta-feira passada, o Moraes havia ordenado a derrubada “imediate, completa e integral” do X no Brasil. Um dia antes, o X anunciou que não cumpriria a ordem judicial do STF para indicar um representante legal no Brasil. Na própria quinta-feira, Musk viu outra empresa sua, a Starlink, ter suas contas bloqueadas por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

A partir da 0h do sábado (31/8), a rede social já estava fora do ar em diversos dispositivos no Brasil, mas a derrubada foi gradual, já que envolve diferentes operadoras de internet espalhadas pelo país. Na sexta-feira (30/8), Moraes determinou uma multa diária de R\$ 50 mil, além de outras sanções civis e criminais, para indivíduos e empresas que tentarem acessar o X utilizando mecanismos como VPN (rede virtual privada), mesmo após a ordem de bloqueio.

Como quem dá entrevistas com frases prontas pensando nos cortes que serão produzidos e disseminados fora de contexto,

Musk age fora da Lei para se posicionar como vítima e endossar o discurso de “ditadura e censura prévia”. Sua movimentação movimenta a política brasileira às vésperas das eleições municipais – e isso não é uma coincidência.

A solicitação para a nomeação de um representante ocorreu após a empresa encerrar suas operações no país, em um contexto marcado pelo não pagamento de multas relacionadas ao descumprimento de ordens anteriores sobre a suspensão de perfis na plataforma.

Musk argumenta que as solicitações para suspender perfis violam a liberdade de expressão, algo com o qual ele não concorda, embora tenha acatado pedidos semelhantes em outros países e censurado conteúdo sobre si próprio na rede social.

Caso não cumpra a decisão da Justiça, a plataforma pode continuar bloqueada no Brasil, uma vez que a derrubada é válida até que as ordens judiciais sejam cumpridas, com multas pagas e a indicação de um representante legal no território nacional.

Ataques em série

A verdade é que a rede social desrespeita o povo brasileiro ao ignorar as determinações do judiciário. Todos sabem qual é o objetivo de Musk: incitar a extrema direita nacional à insubordinação.

Desde abril, o empresário tem atacado o ministro Alexandre de Moraes, iniciando uma série de postagens críticas nas quais o acusa de ser um censor e pedindo seu impeachment. Para essa campanha difamatória, chegou a mobilizar deputados da ultra direita dos Estados Unidos, que fizeram diversas acusações infundadas e foram prontamente apoiados por bolsonaristas.

Especialistas destacam que o fechamento do escritório da empresa no último mês, que contava com cerca de 40 funcionários,

também teve um propósito estratégico, dificultando o cumprimento de ordens judiciais, mesmo que essas já não estivessem sendo respeitadas.

É imprescindível lembrar: apesar do encerramento do escritório, a rede X ainda está sujeita ao Marco Civil da Internet brasileiro, e o descumprimento de ordens judiciais, seja por falta de apelação ou acúmulo de multas, pode resultar em suspensões temporárias, como já ocorreu com o Telegram.

Debate reacende regulação

A polêmica reacende o debate acerca do PL 2630/21, que trata da regulação de redes sociais, as big tech, com atenção especial a empresas estrangeiras que atuam em território nacional de forma não regulada. O projeto de lei conhecido como PL das Fake News busca regular as redes sociais no Brasil com o objetivo de combater a desinformação e a publicação de conteúdos ilícitos.

O projeto prevê que as plataformas sejam responsáveis por remover conteúdos considerados ilícitos dentro de um prazo máximo de 24 horas após a determinação judicial. Além disso, exige que as plataformas sejam mais transparentes quanto às suas políticas de moderação de conteúdo e ao uso de algoritmos, obrigando-as a publicar relatórios periódicos sobre essas práticas.

Segundo João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secom, o governo federal não se esquivou do debate, pelo contrário. Tem promovido diálogo, encontros e é favorável ao que chama de “Arcabouço legal” que dê conta da legislação regulatória das plataformas em questão, mas admite que vê com mais entusiasmo o debate promovido no Congresso Nacional, onde o PL está estacionado – e pode ganhar tração agora.



LIMITE LEGAL - Liberdade de expressão não é liberdade de agressão, diz Moraes

Em abril, Lira criou um grupo para propor uma nova versão do PL das Fake News. O Grupo teria 40 dias para apresentar nova proposta, mas até hoje a discussão não avançou no Congresso, estacionou.

1ª Turma do STF confirma decisão de Moraes

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nesta segunda-feira (2) a decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender as operações da rede social X [antigo Twitter] no Brasil. A interrupção do serviço ocorreu na sexta-feira (30), após o proprietário da rede, Elon Musk, se

recusar a nomear um representante legal da empresa no país, como exigido pela Constituição brasileira.

Moraes também estipulou uma multa diária de R\$ 50 mil para pessoas e empresas que utilizarem “subterfúgios tecnológicos”, como VPNs, para continuar acessando a rede social, apesar da ordem judicial. A multa se aplica igualmente a quem tentar fraudar a decisão judicial por meio de tais ferramentas.

Durante a votação, Moraes destacou que a empresa demonstrou um comportamento reiterado de descumprimento de ordens judiciais no Brasil, com a intenção deliberada de se esquivar de suas responsabilida-

des legais. “Lamentavelmente, as condutas ilícitas foram reiteradas na presente investigação”, afirmou Moraes, mencionando o desaparecimento dos representantes legais da empresa no país.

Os demais ministros, incluindo Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia, acompanharam o voto de Moraes. Dino comparou a situação à de uma empresa privada que, alegando liberdade de locomoção, se recusaria a cumprir uma ordem judicial para interromper o tráfego em uma rodovia para capturar criminosos. Cármen Lúcia, por sua vez, ressaltou que o Brasil não pode ser um lugar onde “ideologias sem ideias de Justiça” prevaleçam.



João Brant: "Entendemos que esse debate deve ser feito no Congresso Nacional, no âmbito das discussões sobre este e outros PLs, e buscamos contribuir para ele".

'EDUCAR AS PESSOAS PARA LIDAR COM O AMBIENTE DIGITAL É UMA URGÊNCIA', DIZ JOÃO BRANT, DA SECOM

"A posição do governo brasileiro é de que sim, precisamos de arcabouço legal atualizado para dar conta destas e de outras tantas questões", comentou o secretário sobre o "caso X".

Guto Alves

O debate sobre a regulação das redes sociais é um tema espinhoso que vem à baila quando polêmicas como a desobediência de Musk às leis brasileiras estouram. E esse não é só um problema brasileiro. Em 2022 a União Europeia colocou em vigor um dos principais textos legislativos do mundo no que tange o uso das plataformas online. No Brasil, texto semelhante tramita no Congresso e ganhou um grupo de trabalho - que nunca se reuniu.

Procurado pela Focus Brasil, o secretário de Políticas Digitais da Secom, João Brant explicou que a posição do governo vai de encontro às expectativas quanto ao tema. "A posição do governo brasileiro é de que sim, precisamos de arcabouço legal atualizado para dar conta destas e de outras tantas questões", comentou o secretário sobre o "caso X".

Regulação aprovada poderia evitar suspensão de X, pois deixa a regra clara e explícita, aplicada ao contexto, explica Brant. "O PL 2630/21, que tramita no Congresso Nacional, prevê a obrigação de escritório e representan-

te legal no Brasil para empresas com mais de 10 milhões de usuários", destaca. "Entendemos que esse debate deve ser feito no Congresso Nacional, no âmbito das discussões sobre este e outros PLs, e buscamos contribuir para ele".

Atenção redobrada na comunicação

Brant ressaltou, ainda, que o governo Lula tem consciência de que precisa aprofundar o debate além da superficialidade de soluções fáceis na real defesa da

democracia.

Nisso, acertar no tom da comunicação é uma das questões-chave para conseguir dialogar não só com quem se alinha ao governo e aos seus posicionamentos, mas também entender como competir com a estratégia da extrema-direita, que acolhe métodos que aqui se discute em regulação.

“Nossa atenção com os processos deve ser redobrada, porque não usamos e não vamos usar as mesmas estratégias deles”, afirma o secretário. “Nossa estratégia é estrutural e de longo prazo, formada por diversas frentes que dão sustentação para o que a gente persegue enquanto Estado: que é a Integridade da Informação”.

A discussão passa, necessariamente, portanto, pela articulação e desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos do cidadão, especialmente os mais vulneráveis, como crianças e jovens, e a ciência de seus direitos. Além da discussão da regulação, Brant destaca que este trabalho de promoção de políticas tem sido feito pelo governo também por meio da Secom.

Educação midiática

À Focus Brasil, o secretário falou ainda sobre a situação do jornalismo no Brasil. Indagado sobre projetos de educação via comunicação do governo para proteger a população com os desafios do ambiente digital, Brant destacou ações que visam o fortalecimento do conteúdo de relevância, na sustentabilidade do jornalismo e educação midiática enquanto política pública.

“Entender que educar as pessoas para lidar com os desafios informacionais no ambiente digital é uma urgência”, defende Brant. “No ano passado criamos a Estratégia Brasileira de Edu-

Câmara dos Deputados



PARADO - O presidente da Câmara, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) anunciou há meses um grupo de trabalho para debater a matéria, mas nada aconteceu

cação Midiática, realizamos a 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática - e estamos indo para segunda”.

O secretário cita ainda uma parceria com o MEC e organizações da sociedade civil na formação de educadoras e educadores a partir de cursos que estão disponíveis na plataforma AVA-MEC. “Parcerias internacionais também estão sendo feitas para trocar experiências com outros países tanto no combate ao extremismo como nas políticas de educação midiática”.

A Secom prepara ainda uma articulação no GT de Economia Digital do G20. Na pauta, o tema da Integridade da Informação como central entre os Estados membros. “Estamos apoiando a maior expansão da história da rede pública de comunicação de TV e FM, coordenada pela EBC e em curso em parceria com universidades públicas e institutos federais, ambientes de construção natural de um ambiente de

integridade da informação”.

Regulação segue parada no Congresso

A proposta do PL 2630/21, que ganhou destaque após os eventos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e ataques a escolas, está estagnada na Câmara dos Deputados devido à pressão das grandes empresas de tecnologia, as big techs.

O projeto prevê que as plataformas removam conteúdos ilícitos em até 24 horas após decisão judicial e aumentem a transparência nas políticas de moderação e uso de algoritmos, com a obrigação de divulgar relatórios periódicos.

Além disso, o PL combate a disseminação de notícias falsas, especialmente por contas-robô, e exige a identificação de usuários, incluindo verificação para contas de grande alcance ou que veiculam anúncios pagos.



Reprodução

GOVERNO PRETENDE PROPOR TAXAÇÃO DAS BIG TECHS NESTE SEMESTRE

Estima-se que essa taxaçoão poderia gerar cerca de R\$ 5 bilhões anuais para o governo federal

Redação Focus Brasil

O Ministério da Fazenda anunciou nesta segunda-feira (2) que poderá propor a taxaçoão de grandes empresas de tecnologia, como Apple, Google e Microsoft, caso seja necessário para equilibrar as contas do próximo ano. O projeto de orçamento para 2025 foi enviado ao Legislativo na última sexta-feira (30).

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou na quarta-feira (28), na semana passada, que o governo pretende enviar ao Con-

gresso, ainda neste semestre, uma proposta para a taxaçoão das big techs.

Ele explicou que essa proposta será tratada separadamente do projeto de lei do Orçamento de 2025. "Não consta na lei orçamentária a taxaçoão de grandes empresas de tecnologia, mas há maturidade desse processo no mundo que a gente precisa trazer para o Brasil. Não será no PLOA [projeto da lei orçamentária anual], mas dentro do segundo semestre vamos tratar desse tema da taxaçoão das big techs", declarou Durigan.

Estima-se que essa taxaçoão po-

deria gerar cerca de R\$ 5 bilhões anuais para o governo federal. Uma das opções consideradas é o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cuja arrecadação é parcialmente compartilhada com estados e municípios.

Durigan também destacou que, embora a proposta de taxar as big techs seja uma possibilidade, ela só será implementada em caso de "frustrações de receitas". Além disso, o governo continuará com a agenda de revisão de gastos e, se necessário, aplicará bloqueios e contingenciamentos para alcançar a meta fiscal de 2025.

RECORDE: EM AGOSTO, 593 VÍTIMAS SÃO LIBERTADAS DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

É a maior ação conjunta já realizada no país com a finalidade de combater o trabalho análogo ao de escravo e o tráfico de pessoas integrado pelo MTE, MPT, MPF, DPU, PF e PRF



Balanco

O coordenador Geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo e Tráfico de Pessoas, André Roston, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fez um balanço das ações de fiscalização realizadas ao longo de agosto de 2024 e revela que os trabalhadores já receberam, aproximadamente, R\$ 1,91 milhão em verbas rescisórias, sendo que o total estimado é de R\$ 3,46 milhões. O valor total será maior, pois muitos pagamentos ainda estão em processo de negociação com os empregadores ou serão judicializados.

O chefe da Divisão de Repressão ao Trabalho Forçado, Henrique Oliveira Santos, da Polícia Federal, revela que a instituição conduz 482 inquéritos policiais em todo o Brasil para investigar esse crime. Minas Gerais lidera com 86 inquéritos, seguido por São Paulo com 66, e Pará com 47. Trinta e três dessas investigações foram iniciadas durante a Operação Resgate IV, apenas neste mês de agosto. Em todo o ano foram realizados 12 procedimentos de prisões em flagrantes com um total de 16 pessoas presas.

É a maior ação conjunta já realizada no país com a finalidade de combater o trabalho análogo ao de escravo e o tráfico de pessoas integrado pelo MTE, MPT, MPF, DPU, PF e PRF.

Da Redação, com informações do MTE

Na maior ação contra o trabalho escravo da história do país, 593 vítimas foram libertadas pela Operação Resgate IV, executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outras cinco instituições ao longo de agosto. O número é 11,65% maior que o da operação realizada em 2023 (532). Os latifundiários do agronegócio continuam sendo os maiores exploradores da escravidão contemporânea: quase 72% das vítimas foram resgatadas em propriedades rurais.

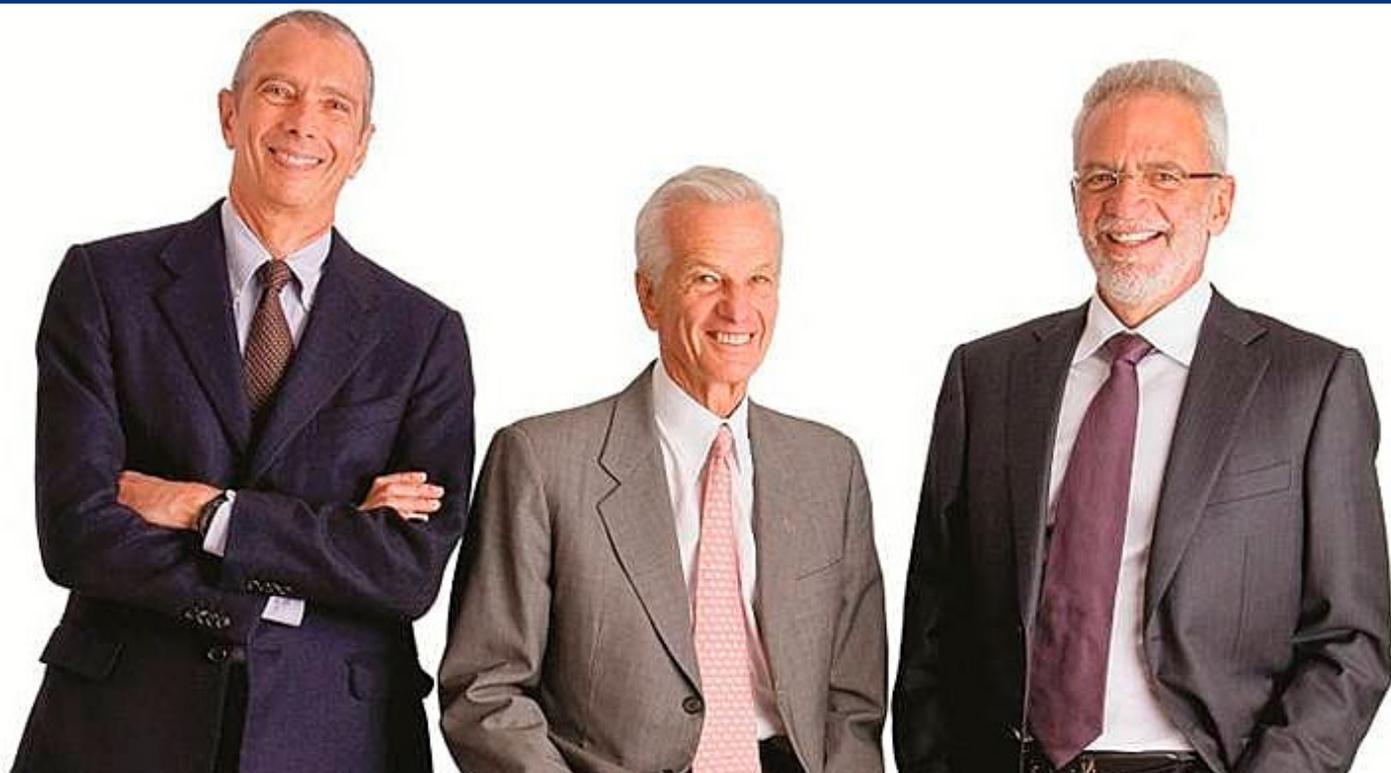
Ao todo, mais de 23 equipes de fiscalização participaram de 130 inspeções em 15 estados e no Distrito Federal. Essa ação conjunta de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil é resultado do esforço de seis instituições: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os estados com mais pesso-

as resgatadas foram Minas Gerais (291), São Paulo (143), Distrito Federal (29), Mato Grosso do Sul (13) e Pernambuco (91). Houve resgates em 10 estados. Quase 72% do total de resgatados trabalhavam na agropecuária, outros 17% na indústria e cerca de 11% no comércio e serviços.

Entre as atividades econômicas com maior número de vítimas na área rural estão o cultivo da cebola (141), da horticultura (82), de café (76) e de alho (59) e cultivo de batata e cebola (84). Na área urbana, destacaram-se os resgates ocorridos na fabricação de álcool (38), administração de obras (24) e atividade de psicologia e psicanálise (18). Houve inspeção em dez ambientes domésticos e duas trabalhadoras foram resgatadas.

As equipes flagraram 18 crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil, das quais 16 também estavam sob condições semelhantes à escravidão. As fiscalizações ocorreram no Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso e Minas Gerais.



Divulgação

SORTE? - Trio de bilionários aumentou sua fortuna em 27% enquanto valor de sua empresa despencou 99%

LEMANN E SÓCIOS ESTÃO R\$42 BI MAIS RICOS; FRAUDE NA AMERICANAS FOI DE R\$40BI

Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira são figuras frequentes entre os mais ricos do Brasil

Redação Focus Brasil

Jorge Paulo Lemann e seus sócios Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira ficaram R\$ 42 bilhões mais ricos desde que a gigante Americanas teve que admitir uma fraude contábil de cerca de R\$ 40 bilhões e perdeu 99% do seu valor de mercado.

Juntos, eles têm um patrimônio de R\$ 202,15 bilhões. Só Lemann, o terceiro brasileiro mais rico, tem R\$ 91,81 bilhões, segundo a Forbes; Telles tem R\$ 60,82 bilhões; e Sicupira, que chegou a presidir o conselho de administração das Americanas, R\$ 49,52 bilhões.

A informação foi confirmada pela revista Forbes divulgada no dia 27 de agosto, quando atuali-

zou a lista de pessoas mais ricas do país. No ranking da publicação, Lemann manteve o terceiro lugar entre os brasileiros mais ricos, mesma posição que ocupou na edição de 2023 da listagem.

Ele também é acionista controlador da gigante cervejeira AB Inbev, além de deter participações em conglomerados internacionais. Sua fortuna atualmente está estimada em R\$ 91,81 bi-

Ihões - R\$ 16,91 bilhões acima do montante projetado no ano passado, de R\$ 74,9 bilhões.

Outro que manteve a mesma colocação da edição de 2023 foi Telles, que está na quarta posição na lista atual de bilionários brasileiros da Forbes, com um patrimônio de R\$ 60,82 bilhões - R\$ 10,42 bilhões acima dos R\$ 50,4 bilhões contabilizados há um ano.

Já Sicupira, quinta pessoa mais rica do Brasil, tem fortuna estimada em R\$ 49,35 bilhões pela Forbes, R\$ 8,05 bilhões acima do montante observado na listagem do ano anterior, que era de R\$ 41,3 bilhões.

Sócio da 3G Capital, o empresário acompanhou de perto a crise da Americanas, cujo conselho de administração já presidiu. Após o escândalo contábil da varejista, a participação do executivo na AB Inbev foi responsável por manter seu patrimônio em altos patamares.



FORTUNA DE HOMEM MAIS RICO DA HISTÓRIA DO BRASIL SUPERA ATÉ O NOVO PAC: R\$ 150 BILHÕES

Anova edição da revista Forbes, publicada no dia 27 de agosto, revelou o nome do brasileiro mais rico do país: trata-se de Eduardo Saverin, co-criador do Facebook - Saverin chegou a disputar sua participação na empresa com Mark Zuckerberg.

O patrimônio de mais de R\$150 bilhões o coloca como o brasileiro mais rico da história e também na 60ª posição entre os maiores bilionários do mundo.

Embora menos conhecido que seu sócio e dono da Meta, Saverin também aparece no filme A Rede Social, que conta a história do Facebook. Aos 42 anos, ele também já é figura conhecida no mundo corporativo desde os tempos em que ainda era estudante. Paulistano, hoje ele vive em Singapura.

A fortuna acumulada em tão pouca idade impressiona, mas endossa uma tendência apontada pela própria Forbes: o aumento de bilionários vindos do

mundo da tecnologia.

Por aqui, os números do patrimônio de Saverin tendem a levantar outra discussão. A taxação das grandes fortunas e a possibilidade de repassar o valor para a realização de benfeitorias sociais. Para se ter ideia, o valor de repasses previstos pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) será de pouco mais de R\$ 121 bilhões até 2026. Ou seja, R\$ 30 bilhões a menos do que a fortuna de Saverin.

CONHEÇA GABRIEL GALIPOLO, ECONOMISTA INDICADO POR LULA À PRESIDÊNCIA DO BC

Caso aprovado, o atual diretor de Política Monetária pode assumir o comando da autarquia a partir do próximo ano



Agência Brasil

Redação Focus Brasil

Ventilada há meses pela imprensa, saiu a aguardada indicação do economista Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central. O presidente Lula anunciou a decisão na quarta-feira (28). Seguindo o rito, a aprovação da indicação de Galípolo deve acontecer em setembro, após sabbatina realizada no Senado. Caso aprovado, assume o cargo em 1º de janeiro de 2025.

Galípolo tem sido constantemente elogiado por Lula, sobretudo durante os impasses entre a cúpula econômica do governo federal com o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, escolhido por Jair Bolsonaro em 2019. Campos Neto tem sido apontado como uma espécie de herança do governo anterior, ainda operando na lógica econômica de outro projeto, o que tem

dificultado as negociações para reduzir a taxa básica de juros (Selic) do país, hoje em 10,5%.

Menino de ouro

Além de carregar enormes expectativas por parte de Lula, o economista também agrada o mercado financeiro por ser conhecido como “heterodoxo moderado”, ou seja, que não costuma apostar em mudanças radicais na condução de políticas monetárias.

“O Galípolo é um menino de ouro, se tem um menino de ouro é o Galípolo, competentíssimo, de uma honestidade ímpar, então, obviamente que ele tem todas as condições para ser presidente do BC, mas eu nunca conversei com ele [sobre isso]” disse o presidente Lula no final de junho sobre o indicado.

Gabriel Muricca Galípolo, 42, é ligado ao governo federal por meio do ministro da Fazenda,

Fernando Haddad. Mas a relação começou bem antes, quando se tornou conselheiro econômico da campanha eleitoral de Lula, em 2021.

Depois, o economista fez parte da equipe de transição do governo. Após a posse, virou homem de confiança e “número dois” de Fernando Haddad ao assumir o posto de secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Chegou ao Banco Central em 2023.

Galípolo assumiu o cargo de diretor de Política Monetária, sendo o primeiro nome indicado por Lula ao BC. Apesar de divergir pouco da postura do atual presidente, Galípolo tem postura mais flexível e deve ser um grande aliado do governo na autarquia.

Campos Neto joga contra o Brasil

O maior embate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Banco Central durante a sua terceira gestão tem causa, nome e sobrenome: a postura política de Roberto Campos Neto.

Foram muitas as ocasiões em que Lula deixou claro a sua insatisfação com a autarquia, sobretudo pelo fato de Neto “trabalhar para prejudicar o país”. “Um presidente do BC que não demonstra nenhuma capacidade de autonomia, que tem lado político, e que, na minha opinião, trabalha muito mais para prejudicar o país do que para ajudar o país. Não tem explicação a taxa de juros do jeito que está”, disse o presidente.

AUMENTO DO PIB CHEGA A 1,4% E SUPERA PREVISÕES DO MERCADO

Se o recorte forem os últimos 12 meses, o aumento é ainda maior: 3,3%. As previsões dos analistas econômicos é a de que não passaria de 2,7%



Reprodução Agência Brasil

Henrique Nunes

Aconteceu de novo. Enquanto o mercado insiste em fazer apostas pessimistas em relação ao país, o governo Lula, sob a regência de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda, segue trabalhando para recuperar a economia. E com o aval dos números. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), em balanço divulgado nesta terça-feira (3), o Produto Interno Bruto nacional cresceu 1,4% no segundo trimestre de 2024.

Se o recorte for dos últimos 12 meses, o aumento é ainda maior:

3,3%. As previsões dos analistas econômicos é a de que não passaria de 2,7%. O PIB é a soma de toda riqueza produzida no país em determinado período e um dos principais indicadores para avaliar se a economia vai bem ou não.

O Resultado representa a 14ª alta do PIB na comparação com o mesmo período do ano anterior. A última queda na base de comparação foi registrada no quarto trimestre de 2020 (-0,3%).

Os setores que mais contribuíram com o aumento divulgado nesta terça foram Indústria (+1,8%) e serviços (+1%). Na comparação anual, os destaques foram os mesmos. Enquanto a

indústria avançou 3,9%, o desempenho do setor de serviços, responsável por quase 70% da economia nacional, cresceu 3,5%

Haddad tem reiterado desde que assumiu o cargo de ministro da Fazenda que as medidas como juros mais baixos, melhora do mercado de trabalho e disponibilidade de crédito seriam fatores que iriam contribuir com o aumento do PIB. "Pela força com que o PIB vem se desenvolvendo, deve superar 2,7% ou 2,8%. E há instituições que já estão projetando um PIB superior a 3%", declarou o ministro da Fazenda, em entrevista ao UOL.

O ministro também avaliou que os investimentos do governo Lula vão garantir crescimento com baixa inflação. Haddad classifica o aumento da capacidade instalada como determinante para manter o movimento positivo no setor industrial. "Algumas indústrias ainda estão com muita margem para ampliar a produção, mas isso não diz respeito à economia como um todo", observa ao defender que não existam "gargalos" na oferta de bens. Se a demanda vier puxada pelo investimento daqui para frente, é tudo que a gente quer, né a consistência o crescimento com o investimento maior é a garantia de equilíbrio entre oferta e demanda".

Divulgado no Brasil pelo IBGE a cada três meses, o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais é calculado a partir de uma fórmula que considera os consumos das famílias e do governo, os investimentos e as exportações líquidas.

SHOPPING CENTER: A UTOPIA DO NEOLIBERALISMO

Encontrar as marcas que diariamente a propaganda incute na cabeça de cada um dá uma falsa sensação de reencontro consigo mesmo



StockSnack/Pixabay

Emir Sader

Há um espaço que caracteriza, de maneira concentrada, a era neoliberal, aquela em que tudo se transforma em mercadoria, tudo tem preço, tudo se compra, tudo se vende: o shopping center. O shopping center é o que a antropologia chama de “não lugar”. Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar. A supermodernidade, segundo Marc Augé, é produtora de não lugares.

Ao se falar de não lugar, se está fazendo referência a uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência do lugar em si mesmo. Ir a um não

lugar é definir uma forma de ser no mundo, de se relacionar com o que se consome e consigo mesmo. Se deixa de ser chofer, cozinheiro, operário, para ser consumidor, que só reencontra sua identidade no caixa. “O espaço do não lugar não cria nem identidade singular, nem relação, mas sim solidão e similitude”, segundo Augé.

Cria-se um verdadeiro sistema em que uma parte remete e reitera a outra, fechando-se sobre si mesmas. Decorre disso uma espécie de sistema de um mundo de consumo que todo indivíduo pode assumir como seu, porque é permanentemente interpelado por ele. Assim como uma forte tentação narcisista, pela convocação a “fazer como os outros para ser você mesmo”, o máximo das despersonalização camuflada de encontro consigo mesmo.

O mundo da publicidade glo-

balizada produz uma falsa identidade de cada um. “O outdoor de uma marca de gasolina constitui para ele um sinal tranquilizador, e ele encontra, com alívio, nas gôndolas dos supermercados, os produtos de limpeza, domésticos ou alimentícios, consagrados pelas firmas multinacionais”, segundo Augé. Reencontrar as marcas que diariamente a propaganda incute na cabeça de cada um dá uma falsa sensação de reencontro consigo mesmo. Topar com agências do Itaú em Buenos Aires ou em outra cidade latino-americana reforça a sensação de que o consumidor não está desamparado, que sempre pode apelar para o gerente do banco em que ele tem conta.

Nesse sentido, o não lugar é o contrário da utopia, é um território desenraizado, desterritorializado. E uma parte cada vez maior da humanidade vive, cada vez mais, nessa situação de desterritorialidade. “(...) a experiência do não lugar (...) é hoje um componente essencial de toda existência social.” E conclui Augé: “É no anonimato do não lugar que se experimenta solitariamente a comunhão dos destinos humanos.”

Paradoxalmente, os shopping centers promovem um processo de liquidação dos centros urbanos tradicionais das cidades, aqueles territórios com que as pessoas costumavam se identificar, assumir sua identidade de ser urbano. Não por acaso, a cidade modelo da pós-modernidade e dos shoppings é Los Angeles, uma cidade, por definição, sem centro. As pessoas vão perdendo, cada vez mais, seus bairros e circulam, cada vez mais, pela cidade - salvo as que estão obrigadas diariamente, a percursos enormes para trabalhar longe de onde vivem.

ELEIÇÕES 2024: TSE ATUALIZA REGRAS PARA AMBIENTE DIGITAL

Novas atualizações do aplicativo de fiscalização Pardal e restrições de uso de IA estão em vigor para as eleições municipais

Redação Focus Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral atualizou a legislação eleitoral para as eleições municipais de 2024 através da Resolução TSE nº 23.732 que alterou a Resolução TSE nº 23.610/2019. Nas novas regras foram incluídos o uso da inteligência artificial (IA) e a realização de lives eleitorais.

Também foram atualizados os artigos que tratam da desinformação eleitoral, do impulso de conteúdos político-eleitorais, do tratamento de dados pessoais e do exercício do poder de polícia pelas juízas e pelos juízes eleitorais.

Pelas novas regras é proibido realizar propaganda eleitoral paga na televisão e no rádio e enviar mensagens em massa. Não se pode veicular propaganda eleitoral em outdoors, inclusive eletrônicos, ou usar inteligência artificial para fabricar ou manipular conteúdos a fim de difundir mentiras sobre o processo eleitoral. Simular conversas com eleitores por meio de chatbots, avatares e conteúdos gerados por inteligência artificial, representando candidaturas ou pessoas reais, também não é permitido.

O uso de conteúdo gerado ou manipulado digitalmente, como deep fakes, para prejudicar ou favorecer uma candidatura ao criar,

substituir ou alterar imagem ou voz de qualquer pessoa, seja viva, falecida ou fictícia, é igualmente proibido. Além disso, não se deve utilizar palavras-chave associadas a partidos ou candidaturas adversárias nem difundir mentiras sobre opositoros ou sobre o processo eleitoral brasileiro, entre outras limitações.

Aplicativo Pardal passou por atualizações

O aplicativo Pardal 2024 da Justiça Eleitoral está disponível para download gratuitamente pelas plataformas para smartphones Apple (IOS) e Google Play (Android). Ele será usado para receber denúncias de propaganda eleitoral irregular, incluindo campanhas online.

Os serviços Pardal Móvel, Pardal Web e Pardal ADM estarão disponíveis para receber e monitorar denúncias de propaganda eleitoral irregular.

Pardal Móvel: Disponível para smartphones e tablets, permite reportar propaganda irregular, especialmente online. A portaria TSE nº 662/2024 determina seu uso nas Eleições 2024 para enviar denúncias ao juízo eleitoral competente. O aplicativo agora inclui formulários específicos para propaganda de rua e na internet, que exigem comprovação mínima. Usuários devem verificar o que "pode/não pode" em cada

caso antes de prosseguir ou encerrar denúncias.

Pardal Web e Pardal ADM: Pardal Web monitora progresso e estatísticas das denúncias feitas pelo aplicativo móvel. Pardal ADM envia notificações a indivíduos ou partidos mencionados, com links para resoluções e documentação necessária. Denúncias podem ser registradas no Processo Judicial Eletrônico (PJe) como Notícia de Irregularidade de Propaganda Eleitoral (Nipe), a critério do juiz.

O advogado e Diretor Executivo do InternetLab, Francisco Cruz, considerou a inovação importante. O fato de o eleitor ter que realizar a leitura da legislação antes de concluir o envio significa mais eficiência para as denúncias apresentadas no aplicativo. "Melhorar o pardal é melhorar a fiscalização feita pelo Ministério Público e a Justiça eleitoral", declarou Cruz que também é professor no programa de pós-graduação em Direito Digital da Fundação Getúlio Vargas.

Somente denúncias de propaganda irregular são aceitas pelo Pardal. Para desinformação, há um botão no aplicativo redirecionando ao Sistema de Alerta de Desinformação Eleitoral (Siade) ou ao Ministério Público Eleitoral para crimes eleitorais. Denúncias de desinformação também podem ser enviadas pelo SOS Voto através do número 1491.

ANÁLISE: O PANORAMA ELEITORAL EM CAPITAIS PRIORITÁRIAS PARA O PT

Neste período de campanha, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo se propõe a acompanhar o clima eleitoral via as pesquisas publicadas pelos principais institutos (DataFolha, IPEC, Quaest, CNT e Atlas)

NOPPE - FPA

Dia 16 de agosto se iniciou a campanha para prefeito e vereadores nos mais de 5.500 municípios do país. No dia 06 de outubro, os 155 milhões de eleitores deverão ir às urnas escolher seus candidatos. Dia 27, nas 96 cidades com mais de 200 mil eleitores haverá o segundo turno.

Neste período de campanha, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo se propõe a acompanhar o clima eleitoral via as pesquisas publicadas pelos principais institutos (DataFolha, IPEC, Quaest, CNT e Atlas). Neste artigo, daremos o panorama de algumas capitais prioritárias para o partido, buscando comparar com o clima eleitoral dos últimos pleitos; bem como procurando entender o peso do debate nacional nos municípios.

As últimas eleições municipais tiveram características bem próprias: o pleito de 2016 foi marcado por clima bastante desfavorável no ano do Golpe contra Dilma Rousseff. E 2020 foi em meio à Pandemia de Covid e após a vitória de Bolsonaro em 2018.

O clima é mais favorável este

APOIO - Presidente Lula afirmou que Boulos "é a única possibilidade dessas eleições" para garantir a dignidade e o respeito para "o povo de São Paulo"



Ricardo Stuckert

ano. Em 2022 houve recuperação do voto em deputados estaduais e federais petistas. E, segundo pesquisa DataFolha sobre preferência partidária, o PT alcançou em dezembro de 2023 a preferência de 25% do eleitorado, evidenciando uma recuperação da opinião pública após os anos do Golpe. Assim, é possível afirmar que a vitória do presidente Lula em 2022 e a derrota de Bolsonaro abrem uma nova janela de oportunidades para a disputa política nas cidades. É o momento de aproveitá-la.

Com relação à expectativa do impacto da nacionalização do debate nas cidades, valem algumas considerações. É certo que as cidades de menor porte têm, por vezes, dinâmicas bastante próprias que não necessaria-

mente seguem a lógica ideológica que rege a política nacional. Mas, pelo menos, nas maiores cidades, esperava-se que o peso da polarização fosse um fator de decisão importante. Também, pudera, já que 50% do eleitorado se concentra nos municípios com mais de 100 mil habitantes (que representam apenas 5% das cidades brasileiras). Assim, o bom desempenho eleitoral nestas localidades acaba por ter uma influência significativa na votação de deputados federais em 2026 (assim, como de presidente). Por isso, as coordenações nacionais dos principais partidos voltam sua atenção para estas cidades, numa tendência de nacionalização do debate.

Mas, olhemos com atenção às pesquisas da última semana:

CIDADE	UF	ATUAL PREFEITO	PARTIDO	INTENÇÃO DE VOTO	CANDIDATO	PARTIDO	APOIO	INSTITUTO	DATA
Belo Horizonte	MG	Fuad Norman	PSD	30%	Mauro Tramonte	REP	Governador	Quaest	28 de agosto
				12%	Duda Salabert	PDT			
				12%	Bruno Engler	PL	Bolsonaro		
				8%	Carlos Viana	PODE			
				6%	Rogério Correia	PT	Lula		
Campo Grande	MS	Adriane Lopes	PP	33%	Rose Modesto	UB		Quaest	28 de agosto
				15%	Beto Pereira	PSDB	Governador e Bolsonaro		
				14%	Adriane Lopes	PP			
				9%	Camila Jara	PT	Lula		
Cuiabá	MT	Emanuel Pinheiro	MDB	31%	Eduardo Botelho	UB	Governador	Quaest	28 de agosto
				25%	Abílio Brunini	PL	Bolsonaro		
				21%	Lúdio Cabral	PT	Lula		
Fortaleza	CE	José Sarto	PDT	31%	Capitão Wagner	UB		Quaest	28 de agosto
				22%	José Sarto	PDT			
				14%	Evandro Leitão	PT	Lula		
				14%	André Fernandes	PL	Bolsonaro		
Goiânia	GO	Rogerio Cruz	Solidariedade	18%	Fred Rodrigues	PL	Bolsonaro	Marca Pesquisa e Mercado	07 de Junho
				16%	Vanderlan Cardoso	PSD			
				16%	Adriana Accorsi	PT	Lula		
				12%	Rogério Cruz	REP			
				6%	Sandro Mobel	UB	Governador		
João Pessoa	PB	Cícero Lucena	PP	53%	Cícero Lucena	PP	Governador	Quaest	28 de agosto
				12%	Luciano Cartaxo	PT	Lula		
				11%	Ruy Carneiro	PODE			
				7%	Marcelo Queiroga	PL	Bolsonaro		
Natal	RN	Álvaro Costa Dias	REP	44%	Carlos Eduardo Alves	PSD	Prefeito	Quaest	28 de agosto
				15%	Paulinho Freire	UB	Bolsonaro		
				14%	Natália Bonavides	PT	Governadora e Lula		
Porto Alegre	RS	Sebastião Melo	MDB	36%	Sebastião Melo	MDB	Bolsonaro	Quaest	28 de agosto
				31%	Maria do Rosário	PT	Lula		
São Paulo	SP	Ricardo Nunes	MDB	22%	Guilherme Boulos	PSOL	Lula	Quaest	28 de agosto
				19%	Ricardo Nunes	MDB	Governador e Bolsonaro		
				19%	Pablo Marçal	PRTB			
Teresina	PI	Dr Pessoa	Republicanos	46%	Silvio Mendes	UB	Bolsonaro	Quaest	28 de agosto
				37%	Fábio Novo	PT	Governador e Lula		
Vitória	ES	Lorenzo Pazolini	REP	51%	Lorenzo Pazolini	REP		Quaest	28 de agosto
				17%	José Coser	PT	Governador e Lula		
				2%	Capitão Assunção	PL	Bolsonaro		



Ricardo Stuckert

LIDERANÇA ISOLADA - No Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que conta com apoio do presidente Lula, pode se reeleger ainda no primeiro turno. Possui 60% da intenção de voto (Quaest)

O que se nota é que, a despeito da expectativa, num primeiro momento, a polarização nacional Lula versus Bolsonaro não está dando tom das disputas nas capitais. Ao contrário, das 11 capitais supracitadas, os candidatos independentes estão à frente em 7; o candidato do PT está à frente em São Paulo (cidade para a qual também daremos uma atenção especial, não só pelo peso eleitoral, mas pelo fato da polarização nacional estar se impondo desde o início); candidato do Bolsonaro está à frente em 3.

Vale mencionar também que alguns candidatos, ainda que não tenham o apoio oficial de Bolsonaro logo no primeiro turno, expressam identidade com o bolsonarismo e, em caso de chegarem num segundo turno, devem contar com o apoio do ex-presidente. O caso mais

emblemático é o de São Paulo, onde Pablo Marçal (PRTB) disputa o voto bolsonarista na cidade com Ricardo Nunes (MDB). Mas o mesmo acontece em cidades como Fortaleza, por exemplo, onde Capitão Wagner (UB) que está à frente nas pesquisas espera contar com o suporte de Bolsonaro, equacionando a polarização.

Além destas capitais citadas com o PT na cabeça de chapa, tem-se também outras onde o candidato apoiado pelo Presidente Lula está à frente, segundo as últimas publicações. No Rio de Janeiro, o atual prefeito do PSD Eduardo Paes deve se reeleger (com chances ainda no primeiro turno). Possui 60% da intenção de voto segundo a Quaest. Mesma situação em Recife, onde João Campos do PSB possui 80% da intenção de voto,

segundo o mesmo instituto.

Vale dizer que todas estas pesquisas foram publicadas antes do início da campanha de TV. Antes, portanto, do início das inserções e do horário eleitoral gratuito, o que deve impactar no cenário. A partir do dia 30 de agosto, há potencialização da disputa também no corpo a corpo e nas ruas. Por isso, é possível também que a polarização nacional ganhe importância.

Nas próximas semanas, o NOPPE seguirá acompanhando a evolução da intenção de voto nestas cidades. Traremos ainda o panorama político eleitoral de outros municípios que merecem atenção; bem como o acompanhamento das movimentações e disputas internas da extrema direita visando a 2026 e a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (CSBH) ULTRAPASSA 70 MIL ARQUIVOS DIGITAIS

O CSBH, localizado na sede da Fundação Perseu Abramo, é responsável pelo acervo histórico do Partido dos Trabalhadores

Da ata de fundação do Partido dos Trabalhadores a imagens clássicas de Lula durante as greves do ABC. De cartazes emblemáticos criados para campanhas realizadas nos últimos 40 anos à atuação dos setoriais e secretarias, tais como Combate ao Racismo e Mulheres. Graças ao trabalho realizado pelo Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), da Fundação Perseu Abramo (FPA), qualquer pessoa pode consultar estes e outros registros de maneira rápida e eficiente.

Mas não só. Para garantir a preservação de todo o material, a equipe do Centro de Memória trabalha de forma permanente para disponibilizar online a documentação do acervo. Já digitalizou mais de 50 mil itens iconográficos (fotos e cartazes), e cerca de 20 mil documentos, como resoluções de Encontros e Congressos do PT, Programas de Governo, jornais, e outras passagens importantes do partido.

Para Elen Coutinho, diretora da FPA e responsável pelo Centro, salvaguardar, disponibilizar para pesquisas e difundir a memória do Partido dos Trabalhadores e das pessoas que construíram seus 44 anos de história é o coração do trabalho no CSBH.

“Dar visibilidade à memória das lutas por justiça, igualdade e direitos no Brasil constitui o compromisso diário do trabalho no



Reprodução Acervo CSBH

CSBH. Essa é uma memória viva, síntese de uma diversidade de lutas que tem transformado o Brasil em um país melhor para o seu povo”, afirmou.

A digitalização tem, ainda, a função de organizar o acervo a partir das secretarias nacionais do Partido, tais como LGBTQIA+, Combate ao Racismo, Sindical e Mulheres etc. Quem pesquisar por temas referentes a estas pastas irá encontrar o que tem sido chamado de repertórios virtuais: pequenas exposições do material disponível para facilitar a consulta de quem procurar o CSBH.

O CSBH também recebe documentação relacionada ao Partido dos Trabalhadores. Um dos materiais recebidos recentemente foi o acervo do ex-presidente do PT, Luiz Gushiken, em processo de tratamento técnico.

Não menos importante é a produção de conteúdos para difusão da memória e do conhecimento, como exposições, aulas públicas,

seminários, ciclos de debates, seminários, além da publicação do #tbt nas redes sociais da FPA. O CSBH também publica livros que podem ser baixados de maneira totalmente gratuita no site.

Como consultar

Para consultar o acervo, é preciso acessar o Sistema Integrado de Acervos no site da FPA. Nele haverá cinco opções de consulta: Acervos, onde se encontra toda documentação histórica do acervo mencionada acima; Ação Institucional, referente aos documentos dos governos Lula e Dilma entre 2003 e 2016; Memória da Militância, seção destinada ao público para doação de documentos; e o Banco de Políticas Públicas e de Projetos Municipais e Estaduais e Base de Dados, onde estão disponíveis documentos sobre as políticas públicas realizadas nas gestões petistas no âmbito municipal e estadual.



FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO LANÇA VÍDEOS PARA SUBSIDIAR CANDIDATURAS MUNICIPAIS

Filmes abordam propostas temáticas nas mais diversas áreas e servem para colaborar na construção de programas de governo

Redação FPA

Para auxiliar as 32 mil candidaturas do PT pelo país nas eleições municipais, a Fundação Perseu Abramo (FPA) acaba de lançar 25 vídeos temáticos que visam colaborar na construção de propostas tanto para o Executivo quanto para o Legislativo. A iniciativa faz parte do projeto FPA nas Eleições 2024.

As gravações, com duração de cerca de 1 minuto e meio, abordam os mais diversos assuntos que dizem respeito aos principais problemas e desafios a serem superados na grande maioria dos municípios brasileiros.

Nesse contexto, são retratadas, entre outras questões, a valorização e a proteção das mulheres, a garantia e eficiência energética, o meio ambiente e sustentabilidade, as políticas de

cuidados, as cidades resilientes para evitar catástrofes climáticas como o ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul e o incentivo ao empreendedorismo social - este último mostra o caso bem-sucedido da Prefeitura de Araraquara (SP), em que a gestão petista colaborou na criação de cooperativa de motoristas para atuarem em aplicativo próprio.

Os conteúdos das gravações tiveram como base a cartilha "Subsídios e contribuições para programas de governo", elaborada pelos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) da FPA.

Os novos filmes se somam a uma outra série com propostas para a área de segurança pública, também lançados pela instituição, que visam capacitar as candidaturas petistas para as disputas eleitorais municipais.

"Com todos estes vídeos bus-

camos dar o máximo de subsídio para que as candidatas e os candidatos do PT possam discutir e debater os mais variados temas que são pauta presente de preocupação da população nos municípios brasileiros. Dessa forma, apresentamos e reforçamos as propostas do modo petista de governar e legislar, sempre voltado ao contexto social e local das nossas cidades. É também uma forma de avançarmos em defesa de ações progressistas, que garantam direitos a todas as pessoas, evitando retrocessos", afirma o presidente da FPA, Paulo Okamoto.

Todos os vídeos e as diversas cartilhas de apoio às candidaturas municipais, entre elas a que trata da abordagem adequada ao público evangélico e as propostas de segurança pública, podem ser conferidos no site da Fundação Perseu Abramo, no link [FPA nas Eleições](#).

VIOLÊNCIA POLÍTICA: NO RIO, CANDIDATO PETISTA É AGREDIDO

O parlamentar petista e candidato conhecido como Leonel de Esquerda sofreu lesões e se recupera. O diretório estadual do PT no Rio de Janeiro pede a cassação de Amorim

Redação Focus Brasil

O candidato a vereador da cidade do Rio de Janeiro, Leonel de Esquerda (PT), foi espancado na manhã deste domingo (1) durante uma confusão com o candidato à prefeitura pelo União Brasil, Rodrigo Amorim, deputado estadual. O episódio ocorreu na Praça Varnhagen, na Tijuca, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

O candidato petista foi agredido por cabos eleitorais de Amorim, e precisou ser hospitalizado com fraturas no nariz e na boca. O parlamentar do UB negou as agressões e disse que foi vítima de calúnia. Os dois prestaram queixa na Polícia Civil, que investiga o caso.

Entenda

O candidato do PT estava distribuindo material de campanha na região, e o deputado estadual participava de um ato de campanha de adesivação de seu irmão, o vereador candidato a reeleição Rogério Amorim. O petista teria começado a filmar o deputado estadual, chamando-o de ladrão e miliciano. Amorim reagiu chutando o seu celular. Ao tentar recuperar o aparelho, o Leonel foi agredido.

PT se posiciona em nota



“O Partido dos Trabalhadores vem a público denunciar a violência, política e física, contra um de seus candidatos e cobrar das autoridades providências imediatas e punição aos responsáveis”, diz o texto divulgado pela comunicação oficial do Partido dos Trabalhadores no dia 1 de setembro.

Confira a íntegra da Nota do Partido dos Trabalhadores:

“Nota pública de repúdio: mais um ato de violência contra candidato do PT

O Partido dos Trabalhadores vem a público denunciar a violência, política e física, contra um de seus candidatos e cobrar das autoridades providências imediatas e punição aos responsáveis.

Neste domingo (1), Leonel de Esquerda, candidato do PT a vereador no Rio de Janeiro, foi agredido violentamente por Rodrigo Amorim, candidato a prefeito pelo União Brasil, e integrantes de sua campanha na Praça Varnhagen, na Tijuca (RJ).

Leonel de Esquerda encontra-se hospitalizado e o Boletim Médico ainda não foi divulgado.

Reafirmamos nossa solidariedade aos familiares e ao nosso companheiro e cobramos da Justiça a punição exemplar para que novos atos de violência não sejam realizados e que o processo eleitoral brasileiro, modelo para o mundo, garanta a vontade popular e pluralidade de escolhas.

Gleisi Hoffmann, Presidenta Nacional do PT
Comissão Executiva Estadual do PT-RJ



GETÚLIO VARGAS: O ESTADISTA

Getúlio Vargas deixou respostas suspensas. Suas faces foram a de um revolucionário aparentemente a contragosto, de um legalista apoiado no voto, de um ditador anticomunista, de um líder trabalhista sincero

Lincoln Secco

Em 2016, Dilma Rousseff levou para ler num fim de semana a biografia de Getúlio Vargas do jornalista Lira Neto. De propósito ou não, a presidenta sugeriu naquele instante uma associação com a crise de 1954 que levou Vargas ao suicídio.^[i]

A própria estratégia comercial e os paratextos da edição que Dilma Rousseff leu já fazia essas aproximações entre passado e presente. A obra publicada pela Companhia das Letras tem co-

mentários na contracapa feitos por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula.

Nós sabemos que o momento em que lemos o passado modifica a ideia que temos dele, mas não o que efetivamente aconteceu. E neste quesito é preciso empregar as técnicas mais tradicionais de nosso ofício. Eric Hobsbawm dizia que podemos discutir as causas das guerras púnicas (264-146 a.C.), mas não o seu resultado. Perry Anderson nos recordou que em qualquer abordagem marxista séria o passado não pode ser modificado.

Getúlio Vargas foi biografado

em centenas de artigos, verbetes e livros. Desde inimigos declarados como Afonso Henriques, um ex-membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), até brasilianistas que forneciam o conhecimento do Brasil para a elaboração das estratégias do governo estadunidense como Foster Dulles.

Edgard Carone, Boris Fausto e muitos outros comentaram sua trajetória. A biografia feita por Lira Neto é baseada em extensa pesquisa empírica do próprio autor e de auxiliares que lhe propiciaram uma massa documental impressionante, embora a maio-

ria das informações já fosse conhecida. Mas é mérito só dele ter conseguido escrever de maneira elegante um livro que não se perde num cipoal de fatos e que persegue não a neutralidade, mas sim a isenção, a apresentação de dados que podem até contrariar suas inclinações pessoais.

Formação

A infância, a violência como traço constitutivo da solução de desavenças entre famílias rivais e mesmo o longo romance que Getúlio Vargas manteve com Aimmée, esposa de um auxiliar de seu governo, revelam os riscos calculados que ele desejou correr em sua trajetória pública. O costume de, em situações limite, aparentar calma e sorrir. De andar na rua sem escolta. De resistir com o revólver na cintura. De preparar a carta testamento diante de um cerco sem saída, tudo isso é documentado por Lira Neto. Ou seja, o político pragmático e conciliador também concebe a possibilidade da ruptura definitiva. De outro modo não teria escrito um bilhete suicida já em 1932.

Ainda assim, o excesso de detalhes por vezes fez o biógrafo sair por janelas que a história lhe abria, mas que deveriam servir apenas para vislumbrar a paisagem que rodeava seu personagem. E não para saltá-las e percorrer caminhos que não eram os dele. O autor descreve com minúcias a Guerra do Paraguai, a Revolta Federalista, o primeiro e o segundo cinco de julho etc. Era preciso buscar aqueles “universais” na particularidade concreta. O contexto não ilustra, mas integra a personagem. Por isso, terminamos o primeiro volume com a impressão de que talvez o autor pudesse ter condensado a sua biografia



Arquivo Nacional

Aliás, a primeira parte se baseia por largas páginas nas memórias de João Neves da Fontoura. O autor soube equilibrar o uso de memórias de Afrânio Mello Franco, João Neves da Fontoura, Góes Monteiro, Eurico Dutra, Benedito Valadares e muitos mais com a documentação da Fundação Getúlio Vargas. Mobilizou a correspondência, o diário, a segunda parte (inérita) das memórias da filha de Getúlio Vargas, os comunicados das embaixadas, a historiografia já estabelecida e os jornais da época.

A trajetória é a de um antiliberal convicto, cético, não religioso, positivista, borgista (ou chimango). Seguidor de Julio de Castilhos e chefe de clã familiar na fronteira gaúcha. Casou-se com uma mulher bem mais jovem que lhe pareceu conveniente. Cumpriu o papel de adversário dos liberais gaúchos, os federalistas ou maragatos.

Deputado estadual, representante do longo governador Borges de Medeiros na assembleia estadual e, depois, na liderança da bancada gaúcha na

câmara dos deputados, Getúlio Vargas ainda passou pelo ministério da fazenda de Washington Luiz e foi presidente do Rio Grande do Sul.

Getúlio Vargas foi leitor de Saint-Simon e do secretário deste, o positivista-mor Augusto Comte. Mas seria difícil aquilatar o peso daquelas leituras na obra de um político pragmático. Afinal, o positivismo era a forma mentis de uma época, a arquitetura e os limites do pensamento político, um terreno de valores, métodos e formas de leitura da realidade em que interesses diversos se digladiavam. Foi a visão de mundo que conferiu ao cientista o papel de reflexo da realidade objetiva. Destarte, a política deveria ser científica e os governantes seriam tecnocratas isentos de inclinações ideológicas. Sendo a sociedade regida por leis universais assim como a natureza, os problemas sociais poderiam ser resolvidos cientificamente e, portanto, dentro da ordem. Onde há consenso científico não pode haver conflito.

Muitos positivistas incluíam

as classes sociais na Ordem, reconheciam os seus direitos, mas combatiam a luta entre elas. Em Getúlio Vargas veremos a perene busca da conciliação, de um governo forte e de uma ditadura científica, porém amolecida pelos interesses privados.

Revolução brasileira de outubro

À virtú maquiavélica se juntou a fortuna: o sorriso do acaso. Em 1930 Getúlio traiu Washington Luiz e se aproveitou das dissensões entre São Paulo e Minas Gerais para lançar-se ao lado de João Pessoa como candidato da Aliança Liberal. A derrota seria certa se não houvesse o concurso de uma oligarquia dissidente, de um movimento capaz de sustentar militarmente a candidatura e do inesperado: a morte de João Pessoa por desavenças locais, porém atribuídas ao governo federal, contribuiu para que os tenentes e a ala radical gaúcha (João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Batista Luzardo) empurrasse Vargas a um movimento que ele evitou ou fingiu evitar quase até o fim.

Por trás dessa trajetória que parece linear vemos a hesitação do personagem. Traços que o acompanharam a vida toda e foram registrados em muitos estudos biográficos mostram um homem sempre reticente, de silêncios desconcertantes e sorriso sinuoso.

Pragmático, ele soube unir os velhos chimangos e maragatos em torno de si em 1930. Quando confrontou a revolta paulista de 1932, personalidades de ambas as facções se postaram ao lado dos paulistas, mas Getúlio Vargas obteve o apoio decisivo de quem comandava a Brigada Militar: o interventor Flores da Cunha.

Depois da pacificação e quando já caminhava para a ditadura,

Getúlio Vargas se aproximou dos constitucionalistas que haviam lutado contra ele, fossem antigos "carcomidos" do PRP, fossem os do Partido Democrático paulista. Nomeou-os para o seu ministério (Macedo Soares, Vicente Rao), aceitou um interventor civil e paulista (Armando Salles de Oliveira) e, mais tarde, atraiu para si até Roberto Simonsen, o responsável da Fiesp pela mobilização industrial no levante de 1932. Por outro lado, perseguiu seus antigos aliados, afastou-se até dos mineiros Antônio Carlos e Olegário Maciel, a quem devia a sua candidatura em 1930 e o apoio decisivo de Minas em 1932. Abandonou também Flores da Cunha.

Os exemplos de um equilibrista, do oportunista sempre capaz de se dobrar ao vento das mudanças políticas de ocasião, de abandonar velhos amigos e incorporar antigos adversários são muitos. Mas como historiadores imprimimos uma racionalidade em meio às indecisões que, ao fim das contas, são o imponderável da história, o que há de mais humano no personagem.

Estado Novo

Getúlio não acreditava no liberalismo. Ele lia o salazarista António Ferro e as entrevistas de Mussolini a Emil Ludwig depois de 1930. E antes foi leitor de Oliveira Vianna. Assim, manipulava os políticos porque também os tinha em baixa estima. Não por suas individualidades, mas pelo jogo cansativo e deletério que, aos seus olhos, eles representavam. O antípoda do varguismo sempre foi o liberalismo sui generis do Brasil.

Por trás do jogo, houve a crença perene numa nação abstrata que se confunde com o Estado totalmente centralizador. Nela habitaria um povo que devia ser

dirigido. E a direção não se exerceria apenas sobre as massas trabalhadoras, a quem "concedeu" direitos como o salário mínimo anunciado em 1930 e regulamentado em 1940 ou a Consolidação das Leis do Trabalho em 1942. Ela se voltava também às classes patronais e à economia como um todo. Getúlio Vargas, o candidato de uma Aliança Liberal, tinha lido uma obra que denunciava o espírito de seu tempo: *Économie dirigée, économie scientifique* de Charles Bodin...

Não se pode dizer que Getúlio Vargas escolherá o caminho ditatorial em 1937 apenas por interesse pessoal pelo poder. A vaidade é intrínseca ao homem público. Mas Vargas foi sempre castilhistas e servidor fiel da ditadura de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Desde 1930 falou abertamente na necessidade da ditadura para completar a obra da Revolução de 1930. E, embora ludibriando os aliados e adversários com falsas promessas eleitorais desde que se tornara governante constitucional e eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte em 1934, ele jamais deixou de crer que instituições democráticas eram apenas a forma de perpetuação dos vícios republicanos.

Getúlio Vargas manipulou o sentimento anticomunista que se avolumou nas Forças Armadas e, simultaneamente, cortou as pretensões de integralistas civis e militares, o que culminaria na estranha tentativa de golpe perpetrado pelos fascistas locais em 1938. Estranha porque, como nos contam Hélio Silva e Edgard Carone, sua vida correu perigo sem que tropas militares fossem mobilizadas a tempo para sustar o ataque ao Palácio Presidencial.

Getúlio Vargas era fascista? Em 1935 ele aproveitou a onda anticomunista para pedir à Câmara o estado de guerra, mas

permitiu depois a macedada (anistia a uma parte dos presos políticos de 1935). Suas promessas a Plínio Salgado em 1937 de que ele seria o ministro da educação num governo ditatorial baseado na doutrina integralista foram solenemente abandonadas logo depois do golpe que instalou o Estado Novo. Lira Neto iniciou sua biografia com a recepção que Getúlio Vargas deu ao representante de Mussolini. Diante da saudação fascista com a mão erguida pelo visitante, um incomodado Getúlio apenas olhou e... sorriu... Mestre das acomodações? A relação com a gestualidade fascista podia ser um índice de seu compromisso sempre moderado com homens, mulheres e ideias.

Segundo Lira Neto, ao entrar no trem que o levaria de Porto Alegre à tomada do Palácio do Catete no Rio de Janeiro em 1930, uma menina lhe presenteou com o lenço vermelho característico de seus adversários maragatos. Getúlio Vargas não teve medo de enlaçá-lo ao pescoço. Da mesma maneira, em sua vida pessoal ele parece ter sofrido com o fim do romance adúltero que manteve com sua "bem amada" Aimmée Sotto Mayor Sá, então esposa de seu auxiliar de gabinete da presidência. Afinal, quando o falatório o expôs ao possível confronto com a opinião conservadora e católica de seus aliados, abalando a imagem de "pai" dos pobres, e expondo-o a possíveis reações de sua família e de seu próprio auxiliar, ele deixou que a bien-aimée partisse para viver em Paris.

Não há novidade numa história de negações com os Estados Unidos e a Alemanha em busca da construção de uma usina siderúrgica e do aparelhamento das Forças Armadas. Foi a dança de Getúlio. Com isso visava assentar bases mais sólidas para a

industrialização e contentar os reclamos dos militares. Ao contrário do que se imagina, o ditador não foi o todo poderoso e teve que se equilibrar perante mais de uma conspiração dos generais Dutra e Góes Monteiro.

Trabalhadores

Em 1943 o tempo de Getúlio Vargas começou a mudar. Líderes da elite mineira lançaram o famoso manifesto pela democracia e os estudantes de Direito em São Paulo começaram a resistência contra o Estado Novo sob forte repressão policial. Fascistas notórios como Dutra e Góes Monteiro, cientes da virada na II Guerra a favor dos aliados, converteram-se oportunamente à democracia e passaram a vincular a luta contra o fascismo da Força Expedicionária Brasileira na Itália à queda de Vargas.

Mas Getúlio Vargas também mudara. Aproximara-se demais dos trabalhadores para não lhes buscar apoio quando lhe faltava a concordância das classes dominantes. Continuava a ter empresários fiéis, como Hugo Borghi que ganhara dinheiro com algodão no Estado Novo (embora fosse veterano constitucionalista de 1932). Mas dependia cada vez mais do apelo aos trabalhadores para continuar no poder ou, ao menos, ter uma saída digna.

O queremismo (estudado por Michele Reis de Macedo) foi um movimento surgido em março de 1945 a partir da manifestação da Panela Vazia em São Paulo. Durante as manifestações dos estudantes paulistas pela volta do regime constitucional eram atacadas pelos próprios trabalhadores, acusados de arruaceiros e bêbados. Em maio, foi lançado como movimento queremista no Rio de Janeiro em função da palavra de ordem gritada nas ruas:

"Queremos Getúlio".

Os queremistas reivindicavam a permanência de Getúlio Vargas no poder e uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso houvesse eleições defenderia a candidatura de Vargas, contrariamente à vontade da cúpula das forças armadas e dos políticos liberais da UDN e outros partidos. Os comunistas aderiram ao queremismo, propugnando a "constituinte com Getúlio". E contrariamente ao que os teóricos do populismo (como Francisco Weffort) afirmavam, uma onda de greves se ergueu e com participação ampla e autônoma de homens e mulheres operárias, como demonstrou o historiador Fernando Sarti Ferreira.

Mundividência modificada

Três discursos de momentos distintos nos mostram a consolidação dos eixos de sua formação: a recusa dos extremos ideológicos, o trabalhismo e o antiliberalismo.

Em 1936, Getúlio Vargas dizia que "o programa apregoado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vazios de ideias válidas, incluía, como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em pleno vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo". Ou seja, o programa comunista já fora realizado por ele como concessão.

Getúlio Vargas costumava escrever as ideias centrais dos seus discursos. Depois eram reescritos por auxiliares e voltavam às suas mãos para correções, dentro das necessidades da retórica teatral da política. No discurso

de 13 de maio de 1938, após o levante integralista de 11 de maio, ele disse: "Assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional, repelimos os extremistas da esquerda, enfrentamos, hoje, sem vacilações, os extremistas da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos, e encontram igual repúdio na opinião pública". Em certo trecho revela a qual classe primeiro se dirige, para em seguida diluí-la na ideia de povo: "eu esperava uma demonstração das classes trabalhadoras e recebi uma demonstração de todo o povo brasileiro!".

Em 29 de novembro de 1946, no discurso pronunciado em comício do PTB em Porto Alegre, ele declarou: "A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com o rótulo diferente e a mesma substância. A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. (...) E já que as nossas atividades na vida pública, por imposição legal, devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista". Ou seja, a democracia de partidos é uma imposição legal, portanto, não é necessariamente o melhor sistema, mas ele se adapta a isso recorrendo aos trabalhadores.

Mudança? Sim, sem dúvida. A aproximação com a classe trabalhadora que se auto-organiza modifica o líder. Continuidade? Decerto, posto que a democracia liberal continua sua inimiga.

Democracia racionada (1945-1964)

Este é o período mais conhecido da trajetória de Getúlio Vargas. É o clímax das biografias, po-



JKCPDOC

rém sem suspense. Registram-se a fundação do PTB, a adesão do seu líder à doutrina social democrata europeia, despida evidentemente de qualquer referência marxista; a pífia participação dele no Senado; as derrotas de candidatos apoiados por Vargas nas eleições estaduais; a oposição crescente da classe média a ele; e, finalmente, sua volta em campanha triunfante em 1950.

A campanha foi muito bem coberta pelas memórias de Samuel Wainer (Minha Razão de Viver), o chefe do jornal getulista Última Hora. Aliás, vítima de uma CPI do Congresso que descobriria que ele recebia verbas públicas... tanto quanto os demais órgãos de imprensa.

Getúlio nomeou um "ministério reacionário". Seu ministro Horácio Lafer aumentou o imposto de renda e foi combatido pela própria base aliada do governo; e o demissionário Ministro Danton Coelho (o único do PTB!) clamou "Libertemos Getúlio", pois ele estaria preso pela sua falsa maioria no parlamento...

No fim de 1952, Getúlio Var-

gas fez três anúncios que exaltaram o seu campo inimigo: descartou o envio de tropas à Guerra da Coréia; aumentou em 300% o salário mínimo; e limitou a remessa de lucros das empresas estrangeiras. Os Estados Unidos passaram a se opor ao governo brasileiro, a FIESP criticou publicamente os aumentos salariais e as Forças Armadas passaram a ameaçar continuamente a legalidade.

No caso da Petrobras, as memórias de Almino Afonso reconstituem o clima da época. Getúlio Vargas era favorável ao monopólio estatal, mas enviara um projeto sem essa cláusula ao congresso. A empresa seria de economia mista (51% da União). A esquerda o rotulou de "entreguista", mas segundo Tancredo Neves, então Ministro da Justiça, a ideia era não confrontar logo de início o Congresso e dar margem para que uma proposta mais avançada viesse de algum deputado "neutro". Deu certo: a própria UDN aprovou o monopólio estatal.

Em 1952 o Clube Militar tro-

cou de diretoria. Os nacionalistas foram derrotados pelos entre-guistas, afinados com a política externa dos Estados Unidos. Foram 8.288 sufrágios contra 4.489. Havia uma componente militar permanente na crise política e que se pode acompanhar por um livro cativante, as Memórias de um Soldado de Nelson Werneck Sodré.

O discurso de 1954, em que o presidente confirma novo aumento do salário mínimo, é exemplar da radicalização ou da fuite en avant de Getúlio Vargas. Ele homenageia o "ex-ministro do Trabalho João Goulart, incansável amigo e defensor dos trabalhadores", a construção de habitações populares, "o merecido repouso aos 55 anos de idade", participação de representantes dos trabalhadores na gestão da previdência e o projeto que estende aos empregados rurais os preceitos da legislação trabalhista.

O tom alarmou elites políticas, empresariais e militares e desmontou a esquerda. Ele mostrava que seus inimigos não tinham a arma com que eles próprios legitimam seu regime: o voto. Além disso, conclamava a organização sindical e partidária dos trabalhadores: "Não tendes armas, nem tesouros, nem contas com as influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos. União e Organização devem ser o vosso lema. Há um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíam a maioria. Hoje estais com o governo. Ama-

nhã sereis o governo".

O tema era ameaçador porque Getúlio Vargas passará seu governo sendo acusado de defender uma República sindicalista e de tramar uma união com a Argentina de Perón. A defesa da solidariedade oposta à ideia de caridade dos poderosos, a ausência de valores religiosos no discurso e o convite a uma auto-organização eram chocantes para os de cima e até mesmo aliados.

A crise de agosto

Segundo Jacob Gorender em páginas iniciais de seu Combate nas trevas a política de Getúlio Vargas assimilou trabalhismo e industrialização (este seria um terreno de interesse comum entre burguesia e trabalhadores). Com a crise do Estado liberal-oligárquico o trabalhismo, indesejado pelos empresários, seria o preço a se pagar por um governo que precisava do apoio eleitoral das massas e que, ao mesmo tempo, apoiaria o projeto industrialista.

Acrescente-se que Getúlio Vargas não pretendia atacar a ordem dos fazendeiros exportadores, já que o país continuava dependendo do café para obter divisas. Vargas não se equilibra entre duas classes (burguesia industrial e proletariado), mas entre três ou quatro (devemos acrescentar a oligarquia rural e a classe média mobilizada). Tanto que só tardiamente propôs a extensão da legislação trabalhista ao campo, sem nenhum resultado. Os trabalhadores rurais, considerados por ele "incultos" e que não tinham direito ao voto, seriam passivos e poderiam ficar por muito tempo ainda fora de seu projeto como preço a pagar pela manutenção da ordem.

Seu jogo, na ótica positivista, era de soma múltipla e não de

soma-zero, como nos diz Jacob Gorender. No entanto, ele sabia que eram necessárias concessões, pois qualquer aliança tinha limites quando tocava o interesse fundamental das classes dominantes: a taxa de lucro. Assim, quando crescem as greves, o líder não pode mais ser a forma em que os contrários se movem sem ameaçar o todo.

Em desespero e com os próprios trabalhadores em movimentos grevistas, Vargas atacou muitas frentes: os Estados Unidos, ao não apoiar a guerra da Coreia e ao acabar com a comissão mista Brasil-EUA; os exportadores de café, já que os EUA impuseram restrições ao café brasileiro; as companhias de eletricidade que criticaram a criação da Eletrobrás; as Forças Armadas e a Fiesp, devido ao aumento de 100% do salário mínimo etc.

O antigo intelectual trotskista, Mario Pedrosa, associava-se a Carlos Lacerda nos ataques ao governo. O Partido Comunista chamava Getúlio Vargas de entreguista e tinha a mesma opinião que parte do próprio partido do presidente. Sobre a imprensa, basta ler a extensa pesquisa comparativa do estudioso argentino Ariel Goldstein acerca do comportamento de O Globo e de O Estado de S. Paulo no último mandato de Getúlio Vargas e no primeiro de Lula.

No dia 19 de junho de 1954 o editorial do jornal O Estado de S. Paulo declarava que se Getúlio Vargas "escapou do impeachment, graças à generosidade excessiva da Câmara, não deve escapar à condenação das contas que apresentou". O Jornal dizia que no caso do impeachment preponderava a interpretação política, já as contas ou estão certas ou não estão. O presidente estaria atacando as liberdades políticas e as finanças da nação.

O mês de agosto de 1954 já é

muito conhecido. Recomenda-se a leitura do relato de José Sette Camara, assessor de Lourival Fontes, ministro de Getúlio Vargas, apesar da recorrente antipatia do autor por Jango. Lira Neto se debruçou mais sobre o atentado da Rua Toneleros e trouxe à baila a suspeita de que o próprio Lacerda tenha atingido acidentalmente o Major Vaz (já que ele nunca apresentou o seu revólver à polícia) e as incongruências da investigação produzida pela Aeronáutica naquilo que ficou conhecido como a República do Galeão.

O populismo

Como demonstrou Angela Castro Gomes, populismo foi uma categoria de longa trajetória nas Ciências Sociais, quase sempre acentuando um suposto caráter passivo da classe trabalhadora. Depois disso, foram tantos os historiadores que já demonstraram a capacidade de iniciativa da classe trabalhadora, como Paulo Fontes e Murilo Leal sobre os anos 1950.

O trabalhismo nada mais foi do que a política nacional popular da esquerda latino-americana de viés social democrata correspondente à periferia do capitalismo. Originalmente, o termo designava uma corrente teórica russa do socialismo agrário do século XIX. Na América Latina o termo foi empregado para designar a relação direta entre líderes populares e as massas urbanas supostamente desorganizadas sem a intermediação de partidos. Como se líderes europeus mantivessem uma relação racional e orgânica com seus eleitores, mas nós não...

No livro de Lira Neto os trabalhadores têm uma presença ornamental. No entanto, ele escapou ao jornalismo retrospectivo, que trata os fatos uma vez enca-



Arquivo Nacional

deados cronologicamente como se tivessem que ter acontecido daquela maneira. Assistimos em sua obra a um líder cujo carisma estava em construção, jamais sendo um simples dom natural; cujo maquiavelismo em 1930 foi feito mais de oportunidade do que da matreirice que só viria com o tempo; e cujo poder absoluto depois de 1937 é matizado pela instável sustentação militar.

O líder que emerge em 1950 nos braços do povo seguramente é outro. Guarda muito do passado, mas foi profundamente modificado pelo próprio "povo" que era ao mesmo tempo objeto e sujeito da Era Vargas, sofrendo e modificando as políticas públicas.

O impasse do trabalhismo é que ele é uma ideologia da conciliação que traz em seu ventre o conflito. Isso funciona enquanto o crescimento econômico permite o jogo de soma múltipla de sua ótica positivista. Quando a massa de mais valia social tributável se estreita, os capitalistas atacam o Estado, a crise fiscal se instala, os trabalhadores aumentam o número de greves e o jogo se torna de soma zero. O confronto latente explode e alui a base de sua

ideologia: a própria conciliação.

Ao contrário dos países centrais, na periferia a massa de mais valia tributável (ou em termos políticos, a margem de manobra para distribuição de benefícios sociais) é estreita e a duração da política trabalhista instável é menor.

A crise de agosto de 1954 foi sustada pelo suicídio de Getúlio Vargas. Mas seu gesto, expressão de um sistema incapaz de consolidar uma democracia participativa, apenas adiou a solução definitiva. Esta, vinda dos quartéis, destruiu as melhores potencialidades civilizatórias do Brasil e nos legou o país que temos.

Getúlio Vargas deixou respostas suspensas. Suas faces foram a de um revolucionário aparentemente a contragosto, de um legalista apoiado no voto, de um ditador anticomunista, de um líder trabalhista sincero. Um dissimulado de sorriso enigmático. Em vista da obra realizada (a construção de um Estado) teria sido uma dissimulação honesta?

*Lincoln Secco é professor do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de História do PT (Ateliê). [<https://amzn.to/3RTS2dB>]

[i] Versão atualizada de artigo publicado no extinto portal Carta Maior, 19-10-2015.

GUERRA DA UCRÂNIA E RÚSSIA: NÚMERO DE VÍTIMAS AUMENTA NOS DOIS LADOS DO CONFLITO

UE promete enviar mais recursos para a Ucrânia, que aguarda ser admitida no bloco

Redação Focus Brasil

Após mais de 919 dias de guerra entre a Ucrânia e a Rússia, dados do Statista verificados pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos demonstram que o confronto atingiu mais de 35.000 pessoas, deixando 11.520 mortas, entre elas 633 crianças. Outras 23.640 vítimas ficaram feridas. Na madrugada desta segunda-feira, 2, a capital da Ucrânia sofreu mais um ataque de drones, mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos.

O presidente do país, Vladimir Zelensky, usou a rede social X para publicar imagens de uma mesquita destruída após a incursão Russa. A ofensiva ocorreu um dia depois de as forças armadas russas comunicarem que interceptaram e destruíram 158 drones ucranianos em várias regiões do Kursk.

Na sexta-feira, 30, seis pessoas perderam a vida e aproximadamente 40 ficaram feridas após um ataque russo em Kharkiv, na Ucrânia. O ataque atingiu um prédio residencial de 12 andares, provocando um incêndio. Conforme relatado pela imprensa de Kiev, pelo menos 20 pesso-

as estão em estado grave.

Entre as vítimas fatais está um adolescente de 14 anos, que morreu após ser atingido enquanto estava em um parque, informou o governo.

Envio de recursos da UE

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que acaba de ser reeleita, tem oferecido total apoio à Ucrânia. Em seu discurso de posse, Ursula declarou que a União Europeia, criada a partir das ruínas da Segunda Guerra Mundial como um projeto de paz, deve ser considerada "intrinsecamente um projeto de segurança" e pediu uma "revisão sistemática" da política de defesa do bloco.

O documento com as diretrizes de seu segundo mandato demonstra que a defesa será uma prioridade nos próximos cinco anos. O documento detalha uma série de propostas para aumentar os investimentos públicos e privados na indústria de armas, incentivar o desenvolvimento de alta tecnologia, coordenar compras conjuntas de equipamento militar, ampliar as capacidades de ciberdefesa e intensificar as sanções contra ataques híbridos, entre outras iniciativas.

A Ucrânia pediu para ser ad-

mitida no bloco econômico da União Europeia em fevereiro de 2022. Desde o início da guerra foram disponibilizados mais de US\$ 121 bilhões em assistência financeira, militar, humanitária e aos refugiados.

Um relatório do serviço diplomático da UE de agosto de 2024 apontou que os líderes europeus concordaram em comprometer até US\$ 54 bilhões até 2027 para um novo Fundo para a Ucrânia, destinado a apoiar a recuperação, reconstrução, modernização do país e a sua adesão ao bloco da UE, totalizando um gasto de US\$ 162 bilhões.

Putin visita Mongólia; TPI pede execução de mandado de prisão

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, fará uma visita à Mongólia nesta semana e o Tribunal Penal Internacional (TPI) solicitou ao país que cumpra o mandado de prisão contra ele destacando que "os Estados que são partes no Estatuto de Roma do TPI têm a obrigação de cooperar de acordo com o Capítulo IX do referido Estatuto."

Com informações da Euronews



Uruguai define candidatos à Presidência; esquerda lidera pesquisas

A BANDA ORIENTAL E AS ELEIÇÕES DESTE ANO NO URUGUAI

Banda Oriental, como era chamado o território que hoje conhecemos como Uruguai, se prepara para as eleições nacionais marcadas para 27 de outubro. Nessa data, os uruguaios elegerão 30 senadores, 99 deputados e o próximo presidente da República

Pedro Henrichs

As eleições presidenciais de outubro no Uruguai contam com três principais candidatos disputando um mandato de cinco anos: Álvaro Delgado, Yamandú Orsi e Andrés Ojeda. O Uruguai,

pequeno em tamanho, mas grande em tradição, tem se destacado na América do Sul pelos seus avanços sociais e individuais, notadamente durante o governo de José "Pepe" Mujica, que legalizou a maconha e o aborto.

Álvaro Delgado, do Partido Nacional (Blanco), é o candidato que representa a continuidade

do governo atual de Luis Lacalle Pou. Veterinário de formação e político experiente, Delgado acumula uma trajetória que começou em Paysandú, onde ganhou a confiança do senador Juan Carlos Raffo. Desde então, sua carreira inclui a eleição ao Senado em 2015 e o cargo de Secretário da Presidência no go-

verno Lacalle.

Do lado da oposição, Yamandú Orsi, candidato da Frente Ampla e membro do Movimento de Participação Popular (MPP) de Mujica, é professor de história. Orsi consolidou sua posição como dirigente ao ser eleito Intendente de Canelones em 2015 e reeleito em 2020. Sua candidatura é vista como a continuação da tradição de políticas progressistas no Uruguai.

Andrés Ojeda, do Partido Colorado, representa uma nova geração de políticos. Apesar da rica tradição do Partido Colorado no século XX, a legenda tem encontrado dificuldades para manter seu protagonismo. Ojeda, advogado e figura midiática, busca revitalizar o partido, embora careça de experiência política significativa.

Com um cenário global e regional em constante transformação, as eleições uruguiaias assumem importância crucial para o posicionamento do país nos próximos anos. Questões ambientais, sociais, econômicas e de segurança estão no centro dos debates. O Uruguai, com sua forte tradição democrática e de defesa dos direitos humanos, orgulha-se de manter conquistas sociais, mesmo diante das divergências ideológicas e mudanças de governo.

A política externa uruguiaia, tradicionalmente multilateral e independente, também será moldada pelo resultado das eleições, especialmente no que diz respeito a acordos comerciais e participação em organismos internacionais.

Segundo as últimas pesquisas, a disputa está acirrada. Yamandú Orsi, da Frente Ampla, lidera com 50% das intenções de voto, enquanto Álvaro Delgado, do Partido Nacional, aparece com 46%. Mantido esse cenário, existe a possibilidade de a eleição ser decidida ainda no primeiro turno, o que indicaria um



Reprodução

Luis Lacalle Pou: atual presidente do Uruguai desde 2020, filiado ao Partido Nacional, também conhecido como Partido Blanco, que abriga tendências de centro, centro-direita e direita

fim precoce para a tentativa de reinvenção dos Colorados.

A possível vitória de Yamandú Orsi e da Frente Ampla nas próximas eleições representa a continuidade e um aprofundamento das políticas sociais e progressistas que marcaram a história recente do Uruguai. Com uma trajetória consolidada na defesa dos direitos humanos, na promoção da igualdade e no fortalecimento das políticas públicas, a Frente Ampla oferece uma visão de país que valoriza a inclusão social, a sustentabilidade e a participação cidadã.

Sob a liderança de Orsi, a Frente Ampla promete não apenas resgatar as conquistas dos governos anteriores, como as reformas em saúde, educação e direitos civis, mas também en-

frentar novos desafios com uma agenda focada em inovação, justiça social e na proteção do meio ambiente. Diante de um contexto global incerto e de uma América Latina em transformação, a Frente Ampla se apresenta como a alternativa que combina experiência, compromisso social e uma visão de futuro para o Uruguai.

Se eleita, a Frente Ampla pode reposicionar o Uruguai como um líder regional em direitos humanos e políticas progressistas, consolidando o país como um exemplo de democracia sólida e inovadora na América do Sul.

Pedro Henrichs é gestor público, CEO da Henrichs Consultoria, ex-presidente do Fórum de Juventude dos BRICS. Observador eleitoral há 14 anos, 18 países na América, 4 países na Europa, 1 na África, e 3 na Ásia.

FOCAC CONTRADIZ A NARRATIVA DA ARMADILHA DA DÍVIDA NA ÁFRICA

Desde 2018, o FOCAC é visto como uma plataforma de cooperação dentro da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), reforçando a interconexão entre essas iniciativas

Por: **J. Renato Penluppi Jr.**

O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é uma plataforma fundamental para fortalecer as relações entre a China e os países africanos, promovendo a colaboração em áreas como desenvolvimento econômico, modernização e solidariedade política.

Estabelecido em 2000, o FOCAC se consolidou como o principal mecanismo de coordenação multilateral entre os 53 países africanos, a Comissão da União Africana e a China. Além de ser a principal forma institucionalizada de interação entre o continente africano e a China, o Fórum se realiza a cada três anos, com estágios de desenvolvimento que refletem a evolução dessas relações.

O FOCAC passou por quatro fases principais de desenvolvimento. A primeira fase, de 2000 a 2006, foi marcada pela ampliação do comércio entre a China e os países africanos. A segunda fase, de 2006 a 2015, focou no aumento de investimentos e na construção de infraestrutura.

De 2015 a 2021, a parceria se expandiu para incluir a cooperação política e tecnológica. Atualmente, o Fórum entra em uma nova fase, marcada pela realização da cúpula pela segunda vez em Beijing, que promete abrir

novos ciclos nas relações China-África.

Deborah Brautigam, renomada estudiosa das relações China-África, observa que o FOCAC se tornou um espaço crucial para a China e os países africanos planejarem e coordenarem sua cooperação estratégica na área econômica e de desenvolvimento.

Através do Fórum, a África e a China anunciam seus planos de assistência ao desenvolvimento e investimentos, com ênfase em áreas como infraestrutura, desenvolvimento industrial e comércio. Desde 2018, o FOCAC é visto como uma plataforma de cooperação dentro da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), reforçando a interconexão entre essas iniciativas.

As normas políticas defendidas pela China no FOCAC são baseadas nos seus Cinco Princípios de Coexistência Pacífica: respeito mútuo pelo território e soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Esses princípios, que refletem uma interpretação estrita das normas vestfalianas de soberania estatal, foram inicialmente desenvolvidos no diálogo com a Índia em 1954 e tornaram-se uma marca registrada da política externa chinesa em relação aos países em desenvolvimento.

O FOCAC também incorpora o "Espírito de Bandung", que se

refere aos princípios promovidos na Conferência de Bandung de 1955, realizada na Indonésia. Esse espírito defende a solidariedade entre países asiáticos e africanos, anticolonialismo, autodeterminação, igualdade entre nações, cooperação econômica e neutralidade na Guerra Fria, sendo a base para a criação do Movimento dos Países Não Alinhados.

A coerência da China com esses princípios tem sido demonstrada desde 2012, quando o Presidente Xi Jinping assumiu a liderança do país. Das suas quatro primeiras viagens internacionais, três foram para o continente africano. Mais recentemente, a celebração dos 10 anos do BRI também evidenciou essa coerência, com a inauguração do trem-bala entre Jacarta e Bandung.

Esse longo histórico de diálogo estratégico demonstra um sólido e contínuo processo de desenvolvimento continuado de relação e apoio mútuo. Por fim, acredita-se que, com os esforços conjuntos de ambos os lados, a Cúpula do FOCAC de 2024 tem potencial para alcançar o sucesso esperado, abrindo novos ciclos nas relações China-África e construindo uma comunidade com um futuro compartilhado.

J. Renato Penluppi Jr. - Advogado;
Doutor em Administração Pública na China; Diretor do Conselho de cidadãos Brasileiros de Beijing, Associado ao Center for China and Globalization.

30 de Agosto de 2010

CRESCER COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA

Na primeira década do século 21, o Brasil define o continente africano como área estratégica para relações de comércio e de cooperação Sul-Sul.

Durante seus dois mandatos, o presidente Lula visitou 29 países do continente e renegociou a dívida de nações na região em um montante total de US\$ 1 bilhão (75% do total da renegociação de dívidas pelo governo brasileiro no período).

As relações diplomáticas entre o Brasil e os países da África se intensificaram entre 2002 e 2010. Nesse período, foram abertas 19 novas embaixadas brasileiras – totalizando 37 –, fazendo do Brasil o 5º país não africano com maior representação diplomática no continente, atrás

apenas de Estados Unidos, China, França e Rússia. No mesmo intervalo, 17 missões de países da África inauguram escritórios em Brasília.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) se fortalecia, assim como as ações na área de cooperação educacional internacional. Em 20 de julho de 2010, era inaugurado, em Redenção (Ceará), o primeiro campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

As ações horizontais de cooperação entre o governo brasileiro e os governos de países africanos se multiplicavam, com missões técnicas em urbanismo e infraestrutura, segurança alimentar e saúde.

A cooperação incluía áreas tão diversas como a agricultura, com papel de destaque para a assistência técnica da Embrapa, e a defesa, com a estruturação da Marinha da Namíbia pela Marinha brasileira e constantes atividades da Embraer no continente.

O comércio exterior entre Brasil e África quadruplicou em oito anos, passando de US\$ 5,38 bilhões para US\$ 20,558 bilhões. O BNDES intensificou o incentivo a exportações de empresas brasileiras para a África: só no biênio 2008-2009, foi investido mais de R\$ 1,1 bilhão.

A Vale e a Petrobras também ampliaram exponencialmente sua atuação no continente africano.

31 de Agosto de 2009

PRÉ-SAL: GOVERNO PROPÕE MODELO DE PARTILHA

O governo federal envia ao Congresso projeto de lei propondo alteração no marco regulatório de exploração do pré-sal. A proposta é substituir o regime de concessão pelo de partilha em todo o pré-sal brasileiro, exceto nas áreas já licitadas.

O projeto de lei encaminhado pelo governo determinava que a Petrobras fosse exploradora de todos os blocos, com participação mínima de 30% em cada um. Os 70% restantes poderiam ser contratados diretamente com a estatal ou licitados para empresas nacionais ou estrangeiras.

Outras importantes mudanças foram o pagamento de 15% do valor em royalties do petróleo extraído (em oposição aos 10% do regime de concessão), a obrigato-

riedade de utilizar conteúdo produzido no Brasil nas plataformas e maquinários empregados na extração (gerando emprego e renda) e a constituição de um Fundo Social do Pré-Sal.

Um dos principais debates suscitados pela nova lei, que engajaria a opinião pública, seria a divisão dos royalties entre as unidades da federação. Os governadores dos principais estados produtores – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo – fariam forte campanha contra a divisão equânime dos royalties, exigindo maior parcela da compensação para estados e municípios base de extração.

Após mais de um ano de tramitação no Congresso, com pressões contrárias das petrolíferas

multinacionais, a lei do regime de partilha seria sancionada pelo presidente Lula em 21 de dezembro de 2010.

Naquele mês, seria enviado ao Congresso novo projeto de lei prevendo maior proporção de royalties aos estados e municípios em que se encontram as reservas do Pré-Sal. A lei seria promulgada em 2012.

Em 2013, a presidenta Dilma sancionaria lei determinando que 50% do Fundo Social do Pré-Sal fosse destinado à Saúde e à Educação. Além disso, 75% dos royalties do petróleo seria destinado à Educação, e 25% à Saúde. A estimativa era que, com essas medidas, em 30 anos só a Educação teria um incremento de mais de R\$ 360 bilhões em investimento.



04 de setembro de 2003

RJ APROVA COTAS PARA ENSINO SUPERIOR

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro decreta a Lei nº 4.151/2003, que destina 20% das vagas nas universidades estaduais para negros e 20% para estudantes da rede pública. A medida, que visa à democratização do ensino superior, foi tomada após amplo debate com a comunidade e sancionada pela governadora Rosinha Garotinho.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tornava-se, portanto, a primeira instituição pública de ensino superior no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais e sociais, e naquele mesmo ano já se matriculavam ali os primeiros estudantes admitidos dessa forma.

As cotas raciais surgiram nos Estados Unidos na década de

1960 como política afirmativa, com o objetivo de reduzir a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos. No Brasil, elas ganharam visibilidade a partir da década de 2000, quando universidades e órgãos públicos, por pressão de movimentos sociais, passaram a adotar tais medidas em vestibulares e concursos. Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil.

Após a implementação das cotas na Uerj, movimentos sociais e estudantis do país inteiro reforçariam as mobilizações por políticas afirmativas em universidades. A Universidade de Brasília (UnB) seria a primeira instituição

federal a implementar o sistema de cotas raciais, no segundo semestre de 2004.

As cotas raciais no ensino superior seriam então adotadas por muitas outras universidades, culminando com a aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012, que determina cotas sociais e raciais para universidades públicas.

Dez anos após o início da aplicação das cotas, o número de estudantes negros no ensino superior triplicaria.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024



1964 - 2024

60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEONORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LESBAUPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARYLIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA DOMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores